O PROCESSO DE REGENERAÇÃO CULTURAL DE SÃO JOÃO MARCOS

Maria Amália Silva Alves de Oliveira

RESUMO

O presente artigo, fruto da pesquisa que estou concluindo para minha tese de doutorado em Antropologia e aborda o processo de regeneração cultural que tem sido alvo o distrito de São João Marcos, antigo município do estado do Rio de Janeiro despovoado e demolido na década de 1940 para a formação de uma represa para a produção de energia elétrica. Em 2008, após o tombamento estadual das ruínas do antigo núcleo urbano, o Instituto Light iniciou o projeto de construção do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, com o objetivo de contribuir para a preservação histórica e cultural da região e para o desenvolvimento do turismo local. Assim sendo, apresentar os resultados iniciais acerca do processo de regeneração cultural sob o prisma da utilização da utilização turística de bens tombados configura o objetivo desse trabalho.

Palavras-chave: Regeneração cultural, Patrimônio, Parque Arqueológico, Preservação histórica, São João Marcos.

Key-words: Cultural planning, Heritage, Arqueologycal Park, Historic Preservation, São João Marcos.

Introdução

Em 2008, O Instituto Light com patrocínio da Secretaria de Cultura, através da Lei de Incentivo à Cultura, e apoio do INEPAC, Prefeitura de Rio Claro, IPHAN e INEA; iniciou o projeto de construção do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, situado às margens da Represa de Ribeirão das Lajes e da antiga Estrada Imperial que ligava o município fluminense de Mangaratiba a Minas Gerais. Neste local, atualmente está situado o município fluminense de Rio Claro, abrigou, anteriormente a antiga cidade de São João Marcos, cuja particularidade reside em ter sido a primeira cidade brasileira a ser tombada (1939), posteriormente "destombada" (1940) e demolida para que pudesse dar continuidade à construção

do complexo hidrelétrico de lajes, que supria a demanda de energia da cidade do Rio de Janeiro e de sua área metropolitana.

O Instituto Light optou por implantar ali, um espaço que viesse gerar um circuito turístico *"reforçando os significativos atributos turísticos já ali existentes"*. O projeto piloto assenta-se na construção do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos em uma área de 930 mil metros quadrados que cobre toda a extensão da antiga cidade e trechos importantes da outrora Estrada Imperial. De acordo com o Instituto Light, o objetivo do projeto e conseqüentemente do Parque, é contribuir para a conscientização, educação e lazer da população do Vale do Paraíba.

O projeto em tela está divido em fases, sendo a primeira marcada pelas ações resultantes das pesquisas relativas à história, a iconografia e a ambiente físico; a coleta de depoimentos de pessoas que haviam residido no local e; prospecção arqueológica. Essas pesquisas embasaram a elaboração dos seguintes sub-projetos: a) projeto arqueológico cujo objetivo foi tornar visível a estrutura elementar da Cidade no intuito de favorecer as vias de circulação e os perímetros de suas edificações. Visava expor ainda as estruturas da antiga Estrada Imperial nos trechos mais próximos a Cidade; b) o projeto ambiental incide especialmente sobre a área de proteção da Represa de Ribeirão das Lajes; c) projeto museológico abrange três espaços distintos: o Centro de Memória, a Área de Guarda e o Circuito de Visitação do Parque. Este projeto possui apelo turístico e educativo, pois segundo o Instituto Light, "nestes espaços pretende-se oferecer aos visitantes a oportunidade de trazer para o presente as memórias impregnadas nos fragmentos e ruínas encontrados nas escavações arqueológicas, nos documentos, fotografias, objetos e depoimentos"; d) o projeto arquitetônico elaborado para atender três objetivos principais: acolhimento ao público visitante, a exposição sobre a memória da Cidade e a guarda e conservação dos documentos e objetos originais. Essa primeira fase compreendia o período entre os anos 2008 e 2010, quando no mês de março ocorreria a inauguração do Parque. Acompanhei parte dessa fase, mais especificamente o ano de 2010 e registro que uma série de atrasos marcaram a programação estipulada, especialmente no que se refere a inauguração prevista para o mês de março de 2010. Entretanto, o Parque encontra-se pronto e as atividades de visitação ocorrem para o público de alunos de escolas públicas da

região, conforme previsto no projeto museológico que prevê a visitação apoiada em um projeto educativo. O circuito mínimo de visitação ocupa uma área de 33 mil metros quadrados, onde se localizava o centro populacional da antiga cidade. Durante as visitações, são distribuídas cartilhas explicativas e disponibilizados guias especializados para acompanhar os alunos-visitantes.

A segunda fase abrangeria os anos de 2010 a 2015 previa a continuidade dos trabalhos iniciados na fase anterior e seria marcado pelo momento em que o Parque passaria a *"explorar seu potencial ecológico e de lazer, oferecendo trilhas, passeios de barcos, etc. A partir de 2010, quatro festas populares anuais, identificadas com a região e sua história, reunirão os moradores na Cidade."*[1] O Instituto Light estabeleceu como meta que a partir de 2015, o Parque já tenha conquistado sua "autossustetabilidade", devido aos esforços empreendidos pela Light, a Eletronuclear, a Secretaria de Estado de Cultura, Inepac, Prefeitura de Rio Claro, parceiros regionais, investidores e de receitas oriundas do empreendimento. O projeto enfatiza como primordial no conjunto de ações e atividades previstas o *"crescimento econômico e social da região, organizado dentro de um Plano de Negócios que visa a autosustentabilidade do Parque."* (Material de divulgação do Parque)

A História de São João Marcos

São João Marcos foi um antigo município do estado brasileiro do Rio de Janeiro despovoado e demolido na década de 1940 para a formação de uma represa para a produção de energia elétrica. Atualmente parte de seu território é o 3º distrito do município de Rio Claro, no Vale do Paraíba Fluminense. São João Marcos tem como marco de surgimento o ano de 1733, quando foi erguida uma pequena capela em homenagem ao santo que deu o nome ao local. São João Marcos atingiu o auge da prosperidade no século seguinte, com a expansão da cultura cafeeira no estado do Rio de Janeiro, sendo uma das maiores cidades fluminenses do século XIX, com mais de 20.000 habitantes. A então riquíssima São João Marcos,

[1] Material de divulgação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos – LIGHT).

anteriormente conhecida como Vila de São João Marcos do Príncipe, era um dos principais núcleos produtivos do país, produzindo aproximadamente dois milhões de arrobas de café por ano e estava numa posição geográfica privilegiada, pois localizava-se no centro da área produtora, na confluência de grandes rios, próximo à capital imperial e com ligação direta e calçada com o mar via Mangaratiba.

Devido ao sucesso econômico alcançado pelo município, foi ali construída a primeira estrada de rodagem do Brasil, em 1856, com 40 quilômetros de extensão, visando o escoamento do café das fazendas do Vale do Paraíba para o porto de Mangaratiba. Entretanto, em 1889, com a abolição da escravidão, a produção cafeeira fluminense entrou em fase de declínio, tendo em vista a dificuldade encontrada pelos fazendeiros em suprir a necessidade de grandes contingentes humanos para trabalhar nas plantações; paralelamente, os agricultores do Oeste Paulista, com lavouras mais recentes e contando com lavradores assalariados, meeiros e imigrantes, assumiram a liderança do mercado rapidamente.

A decadência da cultura cafeeira e o desenvolvimento dos novos meios de transportes, São João Marcos foi perdendo importância e sua população ficou reduzida a pouco mais de sete mil pessoas no início do século XX. Nesse ínterim, a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, se desenvolvia aceleradamente. A população aumentava e a ordem era transformar a capital numa metrópole moderna e a questão que se colocava era onde conseguir as fontes dos recursos exigidos pelo progresso, como energia elétrica e água potável encanada, por exemplo.

A necessidade em suprir a demanda e colocar a cidade do Rio de Janeiro dentro dos padrões de modernidade exigidos para a época favoreceram a Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, a companhia de eletricidade do Rio de Janeiro, que entendia como melhor opção para o abastecimento da demanda, a criação de uma represa e uma hidrelétrica no Ribeirão das Lajes. No entanto, a solução apresentava o inconveniente de que a área necessária para a construção da represa e da hidrelétrica estar ocupada por 97 grandes fazendas. O local escolhido incidia justamente sobre as maiores propriedades da área rural de São João Marcos.

Economicamente enfraquecidos e sem o poder político de outrora, os fazendeiros de São João Marcos pouco puderam fazer contra a inundação de suas terras. Ofícios, atas, moções e comunicados da época retratam a situação dos

moradores e mostram com riqueza de detalhes o conflito instalado entre o poder local e a empresa citada por ocasião do início da construção da Represa de Ribeirão das Lajes. Nesse panorama, uma parte da população foi deslocada para municípios vizinhos como Rio Claro, Mangaratiba, Itaguaí e Piraí. Outra parte, constituída por famílias pobres, que não tinham para onde ir, e famílias que não acreditavam na inundação, ficaram.

As terras adquiridas pela Empresa foram alagadas, transformando a geografia local. Enormes áreas da zona rural do município submergiram e, nesse processo, formaram-se áreas alagadiças às margens da represa, nas quais jazia grande quantidade de restos orgânicos.

A ausência de cuidados sanitários na retirada deste material propiciou a proliferação da malária, que alcançou níveis de epidemia, provocando a morte de um grande número de pessoas. Esse processo, que durou quase duas décadas, foi vivenciado pelos poucos habitantes que resistiram em deixar suas casas, no mais completo esquecimento no que se refere a intervenção do poder público local ou federal.

São João Marcos foi reduzida a ponto de, em 1938, ser extinto como município, tornando-se um distrito de Rio Claro. No ano seguinte, o núcleo urbano foi tombado pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, classificado oficialmente como "raro exemplo intacto de conjunto de arquitetura colonial", atendendo aos pedidos da população local. Contudo, a proteção fornecida pelo tombamento teve curta duração, pois em 1940, o presidente Getúlio Vargas “destombou” o distrito a fim de ceder as terras para a ampliação da represa, sendo esse o primeiro caso de "destombamento" no Brasil. O decreto-lei nº 2.269 autorizou a desapropriação de terrenos, prédios e quaisquer benfeitorias que viessem a ser inundadas.

Pouco antes de ser demolido, o centro de São João Marcos tinha, além da Igreja Matriz, uma antiga capela, pertencente à Irmandade Nossa Senhora do Rosário e dedicada a São Benedito; dois cemitérios, o da Irmandade, e o da Caridade, para os pobres; dois clubes, o "Marquense", de elite, com futebol e danças; e o "Prazer das Morenas", mais popular; um teatro, o "Tibiriçá"; um hospital e uma pensão, além da primeira estrada de rodagem do Brasil, aberta nos tempos

áureos do café. Já não circulava mais o jornal local, "O Município", fechado em 1932. Um pouco afastadas, uma jazida de manganês inexplorada e uma fonte de água mineral. As demolições começaram numa Quinta-Feira Santa. Dezenas de trabalhadores munidos de marretas e explosivos retiravam as últimas famílias e dinamitavam as casas. Os prédios próximos da represa foram demolidos por barcos rebocadores com cabos de aço.

Apesar de ter sido destruída a fim de ser inundada, as águas do lago que se formou se nivelara bem abaixo do nível da cidade. Logo surgiu o rumor de que os técnicos da Empresa haviam errado os cálculos e que a demolição de São João Marcos tinha sido desnecessária, pois a água não cobriu a antiga cidade. A população começou a se revoltar e, diante da complexidade da situação, foi expedida a ordem de inundação total, isto é, que o nível de água subisse ao limite máximo e encobrisse todo o conjunto arquitetônico que ficara em ruínas para justificar sua demolição. Todo esse esforço quase custou a própria represa, pois foi preciso fechar as comportas e fazer o nível subir além dos limites máximos de segurança da barragem. A água apenas encobriu alguns centímetros das ruínas. Desde então, jamais a represa tornou a alcançar a cidade, nem nos períodos de chuva mais intensa.

Por muito tempo, São João Marcos esteve sob a condição de um local de pastagem, no qual ainda existiam alguns calçamentos em meio ao matagal às margens da Rodovia RJ-149, entre os municípios de Rio Claro e Mangaratiba. Com muita dificuldade, era possível caminhar pela antiga rua principal e de lá avistar algumas ruínas. Em 16 de fevereiro de 1990 a Ponte Bela e o Conjunto Histórico de São João Marcos foram provisoriamente tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro, sendo posteriormente tombados em definitivo.

O uso turístico do patrimônio

Historicamente, o termo patrimônio esteve inicialmente relacionado aos bens legados pelos pais aos filhos ou por pessoas aos seus descendentes diretos. Posteriormente, o termo passou a ser aplicado ao conjunto de bens que alguma

pessoa ou instituição possui e por isso pode-se falar em patrimônio público, patrimônio privado ou patrimônio nacional. O caráter abrangente do conceito permite atualmente a classificação em patrimônio cultural e natural, sendo o primeiro percebido através de variados tipos, tais como arqueológico, industrial, histórico, entre outros; já o patrimônio natural refere-se as formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético excepcional e universal. (UNESCO).

Para Choay (2001) a conotação atual de patrimônio está entrelaçada aos atributos acoplados ao conceito de monumento histórico forjado durante a Revolução Francesa. Para a autora, os documentos que justificavam a nacionalização dos bens do clero e da realeza alegam que estes são "patrimônio e herança de todos". Nessa perspectiva, emerge um processo que passou a denominar "patrimônio" ao monumento que foi declarado como um bem de todos. Entretanto, a noção de monumento histórico é mais antiga que a de patrimônio e provém do século XV, quando as ruínas antigas da Roma Imperial passam a ser valorizadas.

Patrimônio enquanto categoria de pensamento, tal como apontou Gonçalves (2003), é polissêmica, envolvendo vários sentidos e assume no mundo moderno três dimensões, pois é categoria jurídica, política pública e instrumento de comunicação social. Nesse sentido, a categoria patrimônio é um potente instrumento analítico para entender a vida social e cultural no mundo atual. Gonçalves também argumenta que o conceito moderno de patrimônio está ligado à existência do Estado Nacional, mas esta relação não seria aparente, principalmente porque o uso em uma variedade de discursos, tais como patrimônio econômico, financeiro, familiar, cultural, arquitetônico, ecológico, etc; naturalizou-o.

Gonçalves (2002) esclarece que o patrimônio é constituído narrativamente como alegoria, isto é, constituído para representar uma coisa cujo sentido era significar outra e exemplifica sua afirmativa abordando a questão da nação cuja constituição se efetivou através do processo de perda, pois a identidade nacional estava sendo construída em meio ao processo de desaparecimento. A nação, vista como objetivada, autorizava o tratamento e a preservação do patrimônio. O

patrimônio instituído era ao mesmo tempo produto e produção desta objetivação cultural. A nação enquanto entidade naturalizada, única, servia de referência aos repositórios de significados que seriam utilizados na constituição do patrimônio. Neste sentido foi possível pensar a proteção do patrimônio como proteção da nação.

Seguindo o pensamento de Reginaldo Gonçalves em "Ressonâncias, materialidade e subjetividade", patrimônio deve ser entendido como mediador entre mortos e vivos, deuses e homens, nacional e estrangeiro, podendo ser pensando como fato social total, tal como defendido por Mauss. Gonçalves ainda aponta entre muitas características algumas que são inerentes ao patrimônio enquanto conceito moderno. A primeira delas seria a ressonância, isto porque não basta o Estado consagrar um bem como patrimônio, o bem precisa articular ligação do presente com o passado. Isto porque está no presente a construção ou representação do passado, sendo a ressonância uma das características que explicam as motivações deste ou daquele passado ser o "escolhido" para voltar ao presente. Assim, na reflexão acerca do papel do Estado na formação ou eleição de patrimônios, torna-se evidente a necessidade de uma comunidade precisar respaldar o que foi consagrado pelo Estado. Outra característica do patrimônio é a sua materialidade, mesmo que seja intangível ou imaterial. Para Gonçalves o conceito articulado à concepção antropológica da cultura, valoriza as relações sociais e simbólicas e estas no limite podem ser pensadas a partir da oposição entre o material e o espírito, tal como faz Bakhtin (1993), tornando-o indistinto na categoria. A terceira característica refere-se a construção das subjetividades, pois o patrimônio por estar ligado ao passado, como algo herdado ao mesmo tempo em que é construído, tem inúmeras possibilidades de correlações, todas gerando e necessitando de autoconsciência.

Por patrimônio, a UNESCO entende "nosso legado do passado, no qual vivemos e que vamos passar para futuras gerações (...) fontes insubstituíveis de vida e inspiração", esclarecendo que o conceito de Patrimônio da Humanidade é universal, dado que os lugares assim considerados pertencem a todas as pessoas do mundo e não apenas aos nacionais do território onde os bens se encontram. O patrimônio cultural da humanidade pode ter a forma de monumentos, conjuntos e locais (sítios). Entende-se por monumentos: obras arquitetônicas, de escultura e pintura monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições,

cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. Os conjuntos são agrupamentos de construções, isoladas ou reunidas, cuja arquitetura, cuja unidade e cuja integração com a paisagem lhes outorguem um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência os lugares são obras do homem ou obras conjuntas do homem e a natureza, assim como as zonas, incluídos os sítios arqueológicos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico e antropológico. Tendo por base Choay (2001) vale registrar que em 1976, a UNESCO adotou uma resolução para incorporar o que era considerado "patrimônio menor", ou seja, setores urbanos tradicionais, de valor étnico.

Além dos bens declarados Patrimônio da Humanidade, existem outros que são registrados como patrimônio nacional, estadual e municipal, em virtude de seu significado para as respectivas esferas. No Brasil, essa declaração ou ato de tornar algo um "bem de todos" ou patrimônio, recebe o nome de tombamento. Barreto (2007) coloca o patrimônio como algo importante para manter a identidade de um lugar e afirma que para dar conta dessa relação, políticas de preservação têm sido implementadas para evitar que a especulação imobiliária acabe com construções históricas. A autora também observa que independentemente da instância oficial que legisla sobre os bens tombados (nacional, estadual, municipal), o poder público raramente consegue mantê-los, concluindo que o tombamento de um monumento ou de uma cidade não traz no seu bojo a solução econômica para a manutenção desse bem, tendo em vista que a partir do momento da declaração, há um prazo de cinco anos para o lugar passe a receber ajuda financeira, dada a tramitação burocrática. Tampouco traz garantia de sua integridade, pois o monumento, ou cidade, tombado transforma-se, quase de imediato, numa atração turística. Choay (2001) também revela uma preocupação com a questão e insere-se no debate sobre a utilização de bens tombados esclarecendo que a reutilização dos mesmos já era discutida no século XIX e acrescenta que naquela ocasião debatia-se sobre essa forma paradoxal de valorização, dado que ao mesmo tempo em que protegia o patrimônio da deterioração por falta de uso, expunha-o à destruição por usurpações de uso.

Nesses termos, a preservação promovida pelo Estado, isto é, o tombamento, em muitos casos acaba levando à destruição gradual do patrimônio por falta de condições financeiras para obras de restauro ou de simples manutenção. A proposta de reversão desse panorama assenta-se então, na manutenção do patrimônio através da associação entre o público e o privado, estreitando assim a relação entre patrimônio e negócios. O aproveitamento do patrimônio por parte de empresas privadas responderia a distintas finalidades, sendo a principal a conservação dos bens tombados no intuito de evitar a deterioração dos mesmos e mantê-los por longo prazo. Assim, emerge uma nova ordem de problemas que pode ser inscrita na discussão entre público e privado quando se trata da utilização do patrimônio. Insere-se nesse debate várias correntes de pensamento, sendo que a polarização incide sobre aqueles que defendem que o patrimônio deve permanecer público, pois sua privatização seria uma forma de alienação e aqueles que entendem que distante do poder econômico das empresas, o patrimônio estaria irreversivelmente condenado a degradação.

Uma discussão acerca de conservação e utilização de bens patrimonializados insere-se em outra discussão: a regeneração cultural. O tema regeneração cultural situou-se inicialmente entre arquitetos e urbanistas e de acordo com o texto “A “culturalização” do planejamento e da cidade: novos modelos?” de autoria de Lilian Fessler Vaz, a cidade industrial envolvia a necessidade do enfrentamento de desafios no sentido de prever, direcionar e controlar as mudanças fazendo surgir e desenvolver o urbanismo e o planejamento urbano. Já com a cidade pós-industrial, a questão que se coloca e que vem se difundindo entre os arquitetos e urbanistas incide nas novas formas de intervenção, através dos planos estratégicos e dos projetos urbanos. Na cidade industrial, visava-se a adequação da cidade à produção material. Na cidade pós-industrial entre em jogo a produção imaterial, ou seja, de bens não materiais correntes: serviços, informações, símbolos, valores, estética, além de conhecimento e tecnologia. Vaz cita Peter Hall (2001, p.8) para explicar que estamos imersos em uma nova economia que diferentemente dos processos econômicos existentes na cidade industrial e que girava em torno da proximidade de fontes de matérias primas e de energia, a disponibilidade de capital, de força de trabalho e de um mercado local; enquanto, a nova economia tem na cultura “a sua

nova mola propulsora", as exigências são radicalmente diferentes (Arantes 1998, apud Vaz), deixando de ser uma "economia informacional" para se tornar uma "economia cultural". A autora conclui que a utilização da cultura como instrumento de revitalização urbana, faz parte de um processo bem mais vasto de utilização da cultura como instrumento de desenvolvimento econômico e afirma que no âmbito do planejamento urbano, as últimas décadas foram marcadas por inúmeros planos, projetos e intervenções urbanas nos quais a cultura se destacou como fator principal, e cujos resultados podem ser observados desde a escala local, de pequenos quarteirões, até a escala regional, abrangendo várias cidades. No campo do planejamento urbano e do urbanismo emergiram novos termos e expressões que retratam esta importância: "lugares" e "territórios culturais", "pólos" e "distritos culturais", "engenharia cultural", "cultural planning", "planificación cultural", "regeneração cultural", "culturalização da cidade", entre outros.

Vaz afirma ainda que as respostas práticas da associação planejamento urbano, cultura e economia são as intervenções que vem buscando readaptar os tecidos urbanos existentes a novas situações, sendo que os variados contextos apresentam novas denominações, mas em geral esses processos surgem nomeados com o prefixo "re": renovação, reestruturação, revitalização, reabilitação, requalificação, regeneração, entre outras. Assim, podemos entender os processos de intervenção, seja com qual termo apareça nomeado, como reversão do processo de esvaziamento e degradação de áreas consolidadas a partir de planos e projetos de intervenções nos quais a cultura é usada como estratégia principal.

Quando a discussão sobre planejamento urbano abrange somente bens tombados, um dos usos mais difundidos do patrimônio nos últimos anos envolve o turismo, seja mediante a instalação de meios de hospedagem ou rede de alimentação, casa de cultura ou visitação paga. Nesses casos, os processos de intervenção manifestam-se através dos conceitos de gentrificação, revitalização e musealização. Barreto (2007) explica que o conceito de gentrificação é um neologismo que provem do vocábulo inglês gentrification, que poderia significar enobrecimento ou refinamento, dado que gentry quer dizer aristocracia, ou "gente fina" e aparece também traduzido como "elitização". A gentrificação refere-se a uma restauração espacial profunda em vários sentidos, e é um processo pleno de

contradições sociais. Em primeiro lugar, refere-se a uma expansão da área física do centro; em segundo lugar, à difusão do poder cultural do centro da cidade; e, finalmente, a um processo de transformação deste em função de uma cultura internacional de mercado. A gentrificação não implica o uso turístico do lugar, mas favorece aos lugares serem percebidos como atrativos para os turistas, em virtude dos equipamentos refinados que lá são instalados; tampouco implica recuperação da história local.

A autora anteriormente citada ressalta que vários estudos revelam que na maior parte dos casos, antes da gentrificação os lugares tinham moradores ligados à história local e mantinham empregos ou subempregos na vizinhança; contudo, a revalorização imobiliária promoveu à expulsão desses indivíduos de suas casas, que eram geralmente alugadas, obrigando-os a se mudarem para bairros afastados, o que, juntamente com a precariedade do transporte urbano, os prejudicou; pois essas pessoas além de perderem os laços com a própria história, também perderam suas fontes de trabalho. Os processos de intervenção que prevêem a revitalização do espaço tombado diferenciam-se da gentrificação pelo fato de a revitalização não necessariamente implicar na mudança de classe social dos habitantes desses espaços, ou seja, não necessariamente ocorre a expulsão dos moradores e a chegada de outros mais abastados. Contudo, nos demais aspectos, a idéia que permeia o processo é a mesma, isto é, imprimir uma “qualificação” ao espaço, produzindo uma ressignificação do bem tombado.

A revitalização, a gentrificação e a musealização tem historicamente, muitos pontos em comum e no que tange a musealização, no texto “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, Pierre Nora distingue dois tipos de memória: uma memória tradicional (imediata) e uma memória transformada por sua passagem em história, pois *"À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi”.* Para o autor, é através desta memória transformada em história, desta memória oficial, que as políticas de preservação do patrimônio acabam por estabelecer os “lugares de memória”. Segundo Nora, esses lugares de memória existem no sentido material, funcional e simbólico, ou seja, têm materialidade e tangibilidade, sendo entendidos como *“museus, arquivos, cemitérios*

e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações [...]. os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais".

Os processos de tombamento é um dos meios para se criar esses espaços de memória, sendo o lado puramente técnico desse um procedimento e cujo resultado se manifesta em alguns casos na musealização de espaços e objetos, que através de uma instituição que organiza, perpetua e consagra essa passagem construindo novos valores e significados para esses objetos. Essa instituição é o museu. Da mesma forma que a gentrificação e a revitalização são expressões de processos de intervenção em espaços tombados, propostas de musealização tem sido aplicadas a espaços e objetos de referências patrimoniais e indicadores de memória. Essas propostas não estão restritas a acervos e coleções, pois passaram a incorporar espaços abertos devido as mudanças no conceito de história, a introdução de novas práticas a museografia e ao pensamento da museologia, a revisão dos métodos de trabalho na antropologia e a associação com mercado.

Os museus localizados em áreas abertas reúnem ao mesmo tempo, pesquisa cientifica rigorosa, contextualização histórica e espacial e o aspecto paisagístico e, através de exposições pensadas para ser acessíveis à interpretação do público, possibilitam o contato direto com os objetos e suas funções. Permitem atividades descontraídas em contato com a natureza, pois estão localizados em lugares amplos, geralmente fora das cidades, o que faz com que somente sejam visitados por pessoas realmente interessadas. A ida a esses museus envolve, em muitos casos, o planejamento de uma pequena viagem e a disponibilidade para passar várias horas no local.

Kirshenblatt-Gimblett (1998) defende que atualmente aumentou o número de museus que procuram a auto-sustentação, equilibrando negócio e cultura. A cobrança de ingressos, venda de souvenirs, produção de eventos artísticos e científicos, a instalação equipamentos voltados para a alimentação atraem grande quantidade de público, principalmente turistas. Estes, por sua vez, visitam os museus motivados pelas novas formas de exibição, que lhes permitem acesso a

informações sobre a realidade do lugar que estão visitando, de uma forma amena, mas com cunho científico, o que não se obtém nem por meio dos guias nem num parque temático. Nessa linha de raciocínio, estaríamos conforme coloca a autora, diante de uma nova forma de produção cultural.

No âmbito dos operadores da atividade turística, isto é, agências de viagens, hotéis, espaços de entretenimento e gastronomia; assim como dos responsáveis pelo planejamento e políticas inerentes a essa atividade. Da relação entre turismo e patrimônio resulta o segmento de viagens turísticas denominado Turismo Cultural, cuja definição fornecida pelo Ministério do Turismo é:

> "Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura".

E continua:

> "Consideram-se patrimônio histórico e cultural os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades. São bens culturais de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de se tornarem atrações turísticas: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais, manifestações como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e celebrações. Os eventos culturais englobam as manifestações temporárias, enquadradas ou não na definição de patrimônio, incluindo-se nessa categoria os eventos gastronômicos, religiosos, musicais, de dança, de teatro, de cinema, exposições de arte, de artesanato e outros". (Marcos Conceituais – MTur)

Um elemento fundamental do turismo cultural é o consumo de lugares de recordação e memórias (Nora, 1984), que são lugares onde ocorreram acontecimentos históricos importantes como batalhas, revoluções, demolições, mas também lugares que recordam a vida de artistas ou intelectuais. Estes lugares de memórias atraem turistas pelo seu valor histórico, artístico ou de vivência, constituindo uma prática social. Este segmento de viagens turísticas tem utilizado a cultura e o patrimônio cultural para criar uma imagem produto que se comercializa para ver e visitar.

Considerações parciais

Conforme mencionei na Introdução, tenho acompanhado implantação do projeto de criação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos e as reflexões que a observação desse processo suscita, caminha na direção de uma análise da opção por iniciar o processo de visitação ao Parque através de visitas guiadas ministradas a alunos da rede pública de educação do município e regiões vizinhas. As visitas guiadas inserem-se dentro da esfera do mercado de turismo com a denominação de "turismo pedagógico ou educacional", segmento cuja característica primordial são as viagens de estudo ao meio. O turismo pedagógico ou educacional tem sido percebido como uma ferramenta de auxílio para a construção da percepção da realidade por parte dos alunos, uma vez que lhes permite entrar em contato com a realidade concreta, contando inclusive com o auxilio de monitores capacitados para exemplificar a teoria na prática.

Antes de prosseguir, faz-se necessário falar brevemente sobre o turismo pedagógico ou educacional e, para abordar o turismo pedagógico ou educacional é importante uma remissão ao construtivismo, teoria de educação contemporânea. O construtivismo nasceu da epistemologia de Jean Piaget, sociólogo soviético, na primeira metade do século XX e pressupõe transformação, isto é, um movimento de mudança e, por isso, repleto de aberturas e possibilidades. O construtivismo busca considerar o conhecimento a partir da interação de dois diferentes elementos: o sujeito histórico e o objeto cultural. A leitura particular que cada indivíduo faz perante a atividade proposta para o aprendizado é de extrema importância na concepção construtivista, pois se trata de uma construção peculiar, isto é, uma aprendizagem significativa, que se enquadra na facilidade de memorizar o conteúdo, na funcionalidade e na continuidade da aprendizagem.

Uma das formas de colocar a aprendizagem num círculo bem mais amplo é permitir que os alunos entrem em contato com as relações sociais, ou seja, com a sociedade, sendo o caminho do contato dos alunos com um meio qualquer a realização de estudos do meio. O estudo do meio é uma prática de ensino que se constitui como elemento fundamental da interdisciplinaridade e interação do aluno como um meio qualquer, assemelhando-se nessa perspectiva à atividade turística,

pois o estudo do meio visa transformar as aulas em passeios, transportando os alunos para diferentes lugares, com a finalidade de estudo. As “aulas-passeio” colocariam os alunos em interação com o meio, gerando um círculo de relações sociais, econômicas e culturas interligadas, as quais permitem caracterizar esse tipo de atividade como uma forma de lazer e turismo aplicados à educação.

Outro ponto que merece destaque quando temos como referencial o turismo pedagógico ou educacional reside no contexto histórico que os teóricos da atividade chamam atenção: os conflitos entre visitantes e residentes. Textos como os organizados por Valene Smith (1989) pontuaram os impactos sociais e ambientais negativos gerados pelo turismo. Paralelamente, a idéia de necessidade do envolvimento da comunidade nos processos de desenvolvimento da atividade ganha força, pois os residentes ou em termos antropológicos, os nativos, estariam a margem dos prováveis benefícios que a atividade turística seria capaz de gerar. Nessa perspectiva, teóricos e planejadores da atividade passaram a incluir nos processos de desenvolvimento local fomentados pelo turismo, a inclusão das comunidades locais, garantindo-lhes lugar onde elas passariam a interferir nessa dinâmica. Dentro do mercado de turismo essa concepção de desenvolvimento recebeu a nomenclatura de “desenvolvimento de base local”. Diante desse panorama, parece-me que o turismo pedagógico ou educacional assume também a função de ser o segmento capaz de introduzir diferentes parcelas da população na atividade turística, alocando crianças no contato com um universo que irá lhe tornar familiar a prática turística. O turismo pedagógico ou educacional também prevê que conhecendo localidades na sua região, o aluno-turista teria condições de desenvolver uma postura de conservação e preservação dos patrimônios sociais, culturais e ambientais de suas comunidades. Diante do exposto, podemos pensar que a estratégia de iniciar o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos na perspectiva de uma atração turística inicialmente trabalhada em nível local, com crianças da região, tem toda a possibilidade de contribuir para o sucesso do empreendimento, pois a experiência vivenciada poderia vir a minimizar conflitos com visitantes, tendo em vista que as crianças seriam vetores das noções de valorização de seu patrimônio, contribuiriam para formar uma consciência no que se refere a

hospitalidade e fortaleceria a percepção da atividade turística como elemento de desenvolvimento local.

Referências Bibliográficas

BARRETO, Margarita. Cultura e Turismo: discussões contemporâneas. Campinas/SP: Papirus. 2007.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo, Editora da UNESP, 2001.

GONÇALVES, José Reginaldo. Monumentalidade e Cotidiano: os patrimônios culturais como gênero discursivo. In: Lucia Lippi Oliveira (Org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: FGV. 2002.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: Regina Abreu e Mario Chagas (Orgs.). Patrimônio e Memória: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DPA/FAPERJ. 2003.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: a cultura como patrimônio. In: Horizontes Antropológicos. Volume: 11. Número: 23. Porto Alegre. 2005.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. Destination Culture: Tourism, Museums, and Heritage. Berkeley: University of California Press. 1998.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. Projeto história (10). Revista do PPG-Hist/Depto. História/PUCSP, São Paulo,1993.

SMITH, Valene L. (org.). Hosts and guests, the anthropology of tourism. Filadelfia: Univ. of Pensylvania Press, 1995.

VAZ, Lilian Fessler. A “culturalização” do planejamento e da cidade: novos modelos? In: Cadernos do PPG-AU/UFBA. Volume: 3: Edição Especial. 2004.